



EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES** comunica que estarão abertas as inscrições para o curso “**ATIVISMO JUDICIAL E HERMENÊUTICA JURÍDICA**”, aprovado pelo seu Conselho Técnico, em reunião de 31 de outubro de 2018, sob a coordenação de Walter Salles Mendes, coordenador da EJUS1, e Miguel da Costa Santos, chefe de seção judiciário da EJUS 1.2, que será realizado no Auditório da Escola Judicial dos Servidores – EJUS, situado na Rua da Consolação, 1483, 8º andar – São Paulo/SP, no período de **14 de março a 4 de abril de 2019**.

OBJETIVOS: Com o curso 'Ativismo Judicial e Hermenêutica Jurídica', objetiva-se dar continuidade à política de aperfeiçoamento permanente dos servidores. Propiciar estudos sobre a matéria, à luz da legislação, da doutrina e da jurisprudência. Rever conceitos e princípios advindos das fontes do direito. Estudar os principais aspectos, buscando facilitar e permitir a interpretação e o entendimento da aplicação teórica na vida prática cartorária.

PÚBLICOS-ALVO: Servidores lotados nas unidades judiciais, oficiais de justiça, assistentes jurídicos e assistentes judiciários do Tribunal de Justiça (TJSP) e servidores do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo (TJMSP).

VAGAS OFERECIDAS:

Capital: 120 (cento e vinte) vagas para a modalidade presencial.

Interior: 1000 (mil) vagas para a modalidade a distância (acesso em tempo real – on-line ou em até 48 horas do início da transmissão).

Haverá emissão de certificado de conclusão de curso àqueles que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: das 11h30 de 5 de fevereiro às 18h de 7 de março de 2019.

Para se inscrever, os interessados deverão acessar, pela intranet, a SALA DE ALUNOS na página da EJUS, em SAIBA SOBRE, ou pelo site do Tribunal de Justiça, na aba INSTITUCIONAL - ESCOLAS.

Servidores do Tribunal de Justiça Militar deverão encaminhar e-mail para ejus.capital@tjsp.jus.br, anotando no campo assunto o nome do curso ou palestra e, no corpo da mensagem, o nome completo, CPF/MF e e-mail institucional.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A inscrição importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas nesse Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.
3. Os alunos inscritos na modalidade a distância desde já ficam cientes de que não será computada a frequência para aqueles que acessarem o curso pelo smartphone .
4. Para o acesso ao curso oferecido na modalidade de ensino a distância (EaD), fica permitido o uso de computadores/equipamentos da unidade de trabalho.
5. O servidor inscrito para o curso na modalidade EaD deve se programar para o momento da transmissão. Recomenda-se ligar a máquina com antecedência de 30 minutos do início da aula.
6. Os inscritos na modalidade a distância deverão aguardar o login e a senha de acesso às aulas, que serão enviados para o e-mail institucional.
7. O certificado de frequência/declaração de comparecimento deverá ser entregue ao superior imediato que providenciará os ajustes necessários no módulo de frequência, utilizando-se dos códigos 586 - entrada tarde - e 587 - saída antecipada.
8. Aos servidores do TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR são reservadas vagas exclusivamente PRESENCIAIS.
9. No caso de o servidor inscrever-se em atividades da EJUS e não obtiver aprovação e frequência igual ou superior a 75%, ficará impedido de participar de outros cursos ou palestras, pelo prazo de 90 dias.

PROGRAMAÇÃO:

Data: 14/3/2019 (quinta-feira)

Horário: das 9h às 12h

Temas: 1. A busca pela resolução adequada dos conflitos. Autocomposição e heterocomposição. O velho exemplo de Rei Salomão. As fontes do Direito. 2. A relação entre direito e moral. Direito positivo e direito natural. 3. Panorama histórico. A Escola da Exegese. A Jurisprudência dos Conceitos. O Positivismo Jurídico. 4. A norma como modelo teórico do direito. 5. Norma e sanção. Normas primárias e normas secundárias. 6. Positivismo e segurança jurídica. A luta contra o arbítrio. 7. Exemplo prático: a fixação de indenizações nos juízes cíveis. 8. Hans Kelsen e a interpretação



jurídica. 9. Herbert Hart, Norberto Bobbio e o normativismo moderno. 10. Norma e comunicação. 11. A função jurisdicional.

Data: 21/3/2019 (quinta-feira)

Horário: das 9h às 12h

Temas: 1. A prevalência do Homo Sapiens e sua linguagem. Mitos compartilhados e as regras sociais. 2. Texto e norma. 3. Direito escrito e direito consuetudinário. 4. A interpretação como busca pelo sentido escondido da norma. 5. A interpretação como ato de criação do direito. 6. A moldura kelseniana. 7. Métodos de interpretação. Interpretação histórica. Interpretação teleológica. Interpretação sistemática. Interpretação gramatical. 8. Consequências da interpretação: interpretação restritiva, extensiva ou literal. 9. A integração do direito: analogia, costumes e princípios. 10. A proibição de analogia no Direito Penal. 11. A proibição de analogia no Direito Tributário. 12. Exemplos práticos. Jurisprudência do STJ e do STF. 13. Vontade da lei ou vontade do legislador? 14. O dogma do legislador racional.

Data: 28/3/2019 (quinta-feira)

Horário: das 9h às 12h

Temas: 1. O neoconstitucionalismo e o enfraquecimento do positivismo após a 2ª Guerra Mundial. A busca por Justiça. 2. Diferença entre regras e princípios. 3. As raízes norte-americanas do ativismo judicial. O controle de constitucionalidade e a vinculação a precedentes. 4. Direitos abstratos e decisão política. 5. Medicamentos, vagas em creches, imóveis invadidos: problemas analisados à luz do art. 6º da Constituição Federal e da jurisprudência dos tribunais superiores. 6. A separação dos poderes. O Judiciário e a Administração Pública. 7. Mérito administrativo. Conveniência e oportunidade das políticas públicas. 8. Decisão judicial sobre mérito administrativo: aplicação do direito ao caso concreto ou intervenção indevida? A jurisprudência do STF. 9. Ativismo e democracia. 10. O déficit democrático do Poder Jurisdicional. 11. O princípio majoritário como conquista das sociedades modernas. 12. Críticas ao princípio majoritário: irracionalidade, relativismo e tirania da maioria.

Data: 4/4/2019 (quinta-feira)

Horário: das 9h às 12h

Temas: 1. Custos vs. efetivação dos direitos sociais. 2. As consequências da decisão judicial. 3. Os erros da lei: uma questão de interpretação. 4. Exemplos práticos. Exegese do art. 157 do Código Penal. O problema das majorantes. Exegese do art. 85 do Novo Código de Processo Civil. A questão dos honorários advocatícios. 5. A incerteza no direito e a busca pela resposta certa. O mito da racionalidade do direito. 6. A fundamentação como forma de controle das decisões. 7. Técnicas para a boa fundamentação. Uma análise do art. 489 do Novo Código de Processo Civil. 8. Interpretação e tradução: uma analogia esclarecedora. 9. A vinculação a precedentes. O problema da normatização brasileira. 10. Controle de constitucionalidade: a questão da modulação dos efeitos. Exemplo de interpretação como atividade criadora. 11. Considerações finais.

PALESTRANTE: **Eduardo Godinho** – Mestre em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo. Graduado por essa Universidade, onde atuou como professor assistente na Faculdade de Direito, em 2009 e 2010, na disciplina de Introdução ao Estudo do Direito I e II. Foi membro da Comissão Processante Permanente (biênio 2010-2011). É autor do livro “Direito à Liberdade – Regra da Maioria e Liberdade Individual – O Paternalismo na Democracia à Luz do Pensamento de John Stuart Mill”. Assistente jurídico no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na 15ª Câmara de Direito Público (Tributos municipais).

METODOLOGIA: Aulas teórico-expositivas, com estudos de caso e de julgados, com apoio em slides, espaço para discussão dos temas com o público-alvo, inclusive com a possibilidade de envio de perguntas escritas ao professor, que versará sobre os objetos de questionamento ao final da aula ou no seu decorrer ou, ainda, enviará resposta por e-mail, conforme melhor convier ao curso.

LOCAL: Auditório da Escola Judicial dos Servidores – EJUS, situado na Rua da Consolação, 1483, 8º andar – São Paulo/SP.

[Clique aqui para efetuar sua inscrição](#)